



**A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO FERRAMENTA DE ABORDAGEM NA
PATRULHA MARIA DA PENHA, NO 1º REGIMENTO DE POLÍCIA MILITAR DA
BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA - RS**

Antonio Marcos Silveira Moreira¹
Isabel Cristina Martins Silva²

RESUMO

A Justiça Restaurativa se apresenta como um instrumento de justiça participativa, com potencial transformador e com grandes possibilidades para uma nova forma de visão, promoção e interpretação dos direitos humanos, cidadania, inclusão e da paz social. Por sua vez, a Constituição Federal de 1988, apresenta a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida por vários órgãos, dentre estes, a Polícia Militar, a qual se destina à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, assim sendo, a Magna Carta, trouxe que às polícias militares não cabem apenas o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública e sim, as atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, o que vai além das atividades rotineiras, previsíveis e ordinárias. É premente a necessidade das polícias militares em buscarem novas alternativas na gestão dos conflitos que permeiam a sociedade e que se amoldam em tipos penais constantes na legislação vigente, abarrotando o sistema carcerário. Este projeto objetiva promover a aplicação da justiça restaurativa, como ferramenta nas atividades da Patrulha Maria da Penha do 1º Regimento de Polícia Montada de Santa Maria -RS, para isso pretende-se promover a capacitação da Patrulha Maria da Penha, para que utilizem práticas restaurativas no atendimento às vítimas de violência doméstica. Para elaboração do presente trabalho utilizou-se o método de abordagem dedutivo, sendo a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, sob a linha de pesquisa Constitucionalismo e Concretização de Direitos da FADISMA.

Palavras chave: Brigada Militar. Justiça Restaurativa. Patrulha Maria da Penha. Polícia Militar.

¹ Autor, Graduando em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública Municipal. Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA, Membro do Grupo de Pesquisa em Justiça Restaurativa do CEMPRE/FADISMA. Endereço Eletrônico: a.s.moreira73@gmail.com.

² Autora, Graduada em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES). Especialista em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Coordenadora e Pesquisadora do Programa de Pesquisa em Justiça Restaurativa e Mediação da FADISMA. Coordenadora do Centro de Mediação e Práticas Restaurativas (CEMPRE) da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Docente da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autônoma de Lisboa (UAL). Endereço Eletrônico: isabel.silva@ead.fadima.com.br.



REFERÊNCIAS

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidente da República, [2021]. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 20 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRANIS, Kay. **Processos circulares.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação Não-violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes:** justiça restaurativa para o nosso tempo. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.